

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.982 - PA (2019/0216258-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ANDERSON BASTOS DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO PELA DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO PRÓPRIO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7 DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ANDERSON BASTOS DE SOUZA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará na Apelação Criminal n.º 00047808320148140015.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Recorrente às penas de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e pagamento de 334 (trezentos e trinta e quatro) dias-multa, no mínimo legal, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 (fls. 119-123).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, à qual a Corte de origem negou provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 182):

"APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE USO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTES. IMPROCEDÊNCIA.

TESTEMUNHOS DE POLICIAIS QUE REGISTRARAM O FLAGRANTE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Insubsistente o pleito desclassificatório para o delito de consumo próprio se as provas demonstram, de forma segura, que a droga apreendida se destinava a difusão ilícita. O depoimento de policial militar no desempenho de sua função pública possui presunção de legitimidade, somente podendo ser derrogada com a apresentação de evidências em contrário. Recurso conhecido e improvido, à unanimidade."

Superior Tribunal de Justiça

Alega a Defesa, nas razões do apelo nobre, negativa de vigência ao art. 28 da Lei n.º 11.343/2006.

Pondera que é de rigor desclassificar o delito imputado ao Recorrente – tráfico de drogas – para o de consumo próprio.

Oferecidas contrarrazões (fls. 216-231), o apelo nobre foi admitido (fls. 234-236).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 259-264).

É o relatório.

Decido.

No que concerne ao pleito pela desclassificação para o crime previsto no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, o aresto atacado, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 184-184; sem grifos no original):

"Aduz o Apelante que as provas existentes nos autos se mostram frágeis para embasar um decreto condenatório, devendo ser aplicado o princípio in dubio pro reo, eis que a droga apreendida se destinava tão somente ao seu consumo. Alega que não se pode admitir uma condenação baseada apenas em indícios e presunções.

*Compulsando os autos, verifico que **a materialidade delitiva restou comprovada diante do laudo de fl. 124, atestando que a droga apreendida se tratava de cocaína.***

O depoimento do policial militar JORGE GOMES MONTEIRO confirma a autoria do crime, afirmando em seu depoimento que na ocasião da revista foi encontrado embaixo de uma cama uma mochila de cor preta que continha em seu interior 33 (trinta e três) petecas de uma substância esbranquiçada, pastosa, semelhante à pasta de cocaína; que os ocupantes do referido quarto foram identificados como ANDERSON BASTOS DE SOUZA e os adolescentes ALAN BASTOS DE SOUZA e WILSON ALMEIDA.

A outra testemunha, policial militar GERSON PAULO DA SILVA GOMES afirmou que foi feita uma revista no quarto e encontraram embaixo de uma cama uma mochila contendo 33 petecas de substância pastosa semelhante à pasta de cocaína; que os três foram identificados como ANDERSON BASTOS DE SOUZA e os adolescentes ALAN BASTOS DE SOUZA e WILSON ALMEIDA.

[...]

Desta forma, diante dos depoimentos contundentes dos policiais que efetuaram a prisão e flagrante do réu, restou comprovado

nos autos a prática, pelo ora Apelante, do delito previsto no artigo 33, caput, da lei 11.343/06. Importante frisar que o delito é caracterizado pela prática de qualquer das seguintes condutas: importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Assim, o ora Apelante não logrou êxito na tentativa de comprovar que não praticou o delito, eis que as provas dos autos dão conta do contrário.

Ademais, a quantidade de droga apreendida e a forma como ela estava acondicionada denotam a finalidade mercantil do réu, sendo descabida a desclassificação para o uso de entorpecentes."

Como se vê, o Tribunal de origem, soberano quanto à análise das provas e dos fatos que instruem o processo, concluiu estar comprovada a prática do crime de tráfico de drogas. Portanto, rever este entendimento, com o fim de desclassificar a conduta imputada para a do delito previsto no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, implicaria no reexame do acervo fático-probatório, providência inviável em recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do STJ.

A propósito:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE. DEDICAÇÃO A ATIVIDADE CRIMINOSA. INCIDÊNCIA DO VERBETE N. 7 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

2. Se o Tribunal a quo, com base na análise dos elementos fático-probatórios dos autos, entendeu configurada a autoria e a materialidade delitivas, afastar tal entendimento implicaria o reexame de provas, a incidir a Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

[...]

Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.686.550/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018;,, sem grifos no original.)

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO E FIXAÇÃO DO REGIME DIVERSO DO FECHADO. MAUS ANTECEDENTES E CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. FUNDAMENTOS INATACADOS SUFICIENTES PARA MANTER O ACÓRDÃO. SÚMULA Nº 283/STF. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar a condenação, a absolvição e a desclassificação, porquanto é vedado na via eleita o reexame de fatos e provas. Súmula nº 7/STJ.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 1.241.298/AC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 27/03/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora